



A penosidade dos trabalhos agrícolas das mulheres camponesas a partir da perspectiva da totalidade concreta

The drudgery agricultural work of peasant women from the perspective of concrete totality

Renata Rocha Gadelha ¹ 

Nilvania Aparecida de Mello ¹ 

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada em quatro municípios do Sudoeste do Paraná, com camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e técnica de ATER agroecológica, com o objetivo de identificar elementos que levam à penosidade do trabalho agrícola das mulheres camponesas e formas de diminuí-la. Com isso, busca-se enfatizar que é preciso levar em consideração o tema da penosidade do trabalho agroecológico, para que possamos avançar em um projeto de soberania alimentar. A pesquisa foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas, entrevistas semiestruturadas, observação não participante. Estudos comprovam que a penosidade nos trabalhos agrícolas tem sido uma das principais causas de fenômenos como a falta de sucessão rural, aumento dos arrendamentos de terras e a diminuição da oferta de alimentos diversificados. Por outro lado, a penosidade do trabalho agrícola, não ocorre apenas devido à falta de máquinas/equipamentos, mas, pelo próprio esvaziamento do campo, fim das comunidades, desequilíbrios ecológicos e mudanças climáticas e, também, devido à falta de pesquisas e tecnologias, máquinas e equipamentos adaptados às realidades e necessidades regionais para facilitar o trabalho na produção, coleta, processamento etc. Sendo assim, este estudo enfatiza como a complexidade do problema investigado requer que sua análise seja feita a partir de uma perspectiva territorial e da totalidade concreta, apontando como as contribuições teóricas e metodológicas de Milton Santos podem ser frutíferas para avançarmos nessas discussões.

Palavras-chave: agroecologia; técnica; desenvolvimento territorial; campesinato.

Abstract

This article presents results of research carried out in four municipalities in the Southwest of Paraná, with peasant women from the Peasant Women's Movement (MMC) and the agroecological ATER technique, with the aim of identifying elements that make agricultural work difficult for peasant women and ways to reduce it. With this, we seek to emphasize that it is necessary to take into account the issue of the drudgery of

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Pato Branco, Paraná.
E-mails: regadelha@hotmail.com; nilvania@utfpr.edu.br

agroecological work, so that we can advance in a food sovereignty project.. The research was carried out based on bibliographical research, semi-structured interviews, non-participant observation. Studies show that difficult agricultural work has been one of the main causes of phenomena such as the lack of rural succession, an increase in land rentals and a decrease in the supply of diversified foods. On the other hand, the hardship of agricultural work is not only due to the lack of machines/equipment, but also due to the emptying of the countryside, the end of communities, ecological imbalances and climate change, and also due to the lack of research and technologies, machines and equipment adapted to regional realities and needs to facilitate work in production, collection, processing, etc. Therefore, this study emphasizes how the complexity of the problem investigated requires that its analysis be carried out from a territorial perspective and the concrete totality, pointing out how Milton Santos' theoretical and methodological contributions can be fruitful in moving forward in these discussions.

Keywords: agroecology; technique; territorial development; peasantry.

Introdução

Com o intuito de realizar críticas à modernização conservadora do campo e à Revolução Verde, temas como mecanização, técnica e tecnologias voltadas para a agricultura, foram trabalhados, em sua grande maioria, apenas a partir da perspectiva da globalização perversa, da técnica à serviço da dominação e exploração da natureza humana e não humana, a partir da razão instrumental. Foram temas amplamente estudados e criticados, como a passagem do complexo natural/rural, para o complexo agroindustrial (Silva, 1996; Mielitz Netto; Melo; Maia, 2010; Ploeg, 2008), nos moldes propostos pelo *agribusiness* (Davis; Goldberg, 1957), criando as empresas especializadas à jusante e à montante, retirando esse trabalho e autonomia das famílias agricultoras, fazendo com que as mesmas se tornassem “empresárias rurais”, se desconectando do processo produtivo agropecuário, como um todo e, com isso, tornando-se dependentes dos diversos elos dessa cadeia, subordinando-se à lógica imposta pelos conglomerados transnacionais (Santos; Glass, 2018). Como sabemos, esse modelo levou ao endividamento, empobrecimento e êxodo rural de grande parte das famílias, além de diversos problemas ecológicos.

Dentro dos estudos agroecológicos, a discussão das tecnologias avançou, sobretudo, no sentido do desenvolvimento de novos manejos, para o redesenho de agroecossistemas, a partir de princípios ecológicos que eram identificados tanto na dinâmica da própria natureza, como na base dos conhecimentos de povos e comunidades

tradicionais, a partir de sua racionalidade ecológica (Altieri, 2012; Toledo; Barrera-Bassols, 2015). Sendo assim, muitas pesquisas voltaram-se para os estudos de transição agroecológica nas unidades produtivas a partir do redesenho de seus agroecossistemas (por exemplo: sistemas agroflorestais, pastoreio racional voisin, sistema de plantio direto de hortaliças etc.). Vários estudos foram sendo desenvolvidos ao redor do mundo e, no anseio de visibilizar os benefícios desses sistemas, alguns/mas teóricos/as apresentaram visões “romantizadas” da agricultura familiar camponesa, como se seus trabalhos não fossem penosos, árduos, demandando tempo e energia consideráveis para sua realização².

Essa visão romantizada da agricultura familiar camponesa dificultou a visibilização e o avanço de uma discussão importante para o desenvolvimento e fortalecimento de um projeto de agricultura agroecológico para o país: a penosidade dos trabalhos agropecuários. O presente artigo busca enfatizar que é preciso levar em consideração o tema da penosidade do trabalho das/os agricultoras/es que trabalham de forma agroecológica, para que possamos avançar em um projeto de soberania alimentar. O objetivo principal da pesquisa foi identificar o que tem levado à penosidade do trabalho agrícola das camponesas e formas de diminuí-la. A pesquisa surge da demanda das próprias agricultoras, vinculadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Paraná que compreendem a necessidade de visibilizar a importância da sua forma de fazer agricultura, mas tem sentido a penosidade de seus trabalhos aumentar, logo, a urgência em pensarmos em estratégias para diminuir essa penosidade em consonância com a racionalidade ecológica e suas formas de fazer agricultura.

Paralelamente à demanda de pesquisa vinda do MMC PR, com o início de um novo governo no Brasil, em 2023, avança-se na discussão para o desenvolvimento de máquinas agrícolas voltadas para a agricultura familiar a partir, sobretudo, de parcerias com o governo da China, com a chegada de máquinas chinesas no Brasil. Todo esse contexto, indica a urgência da realização de reflexões críticas acerca da penosidade do trabalho da agricultura familiar agroecológica no país, para que a partir da compreensão da complexidade do tema, possamos avançar para soluções efetivas, evitando o risco de aprofundar problemas já existentes no campo como, por exemplo, concentração de renda, terras etc.

² Exemplo disso pode ser visto nas obras de Ploeg (2016). Mas, também em outros autores como Mazalla Neto e Bergamasco (2017, p. 219): “(...) Na experiência agroecológica do camponês, trabalho na agricultura (...) além de revelar satisfação e liberdade ao invés de obrigação e penosidade”.

Buscando evitar o risco “de assistir ao triunfo de uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado” (Santos, 1994, p. 7)”, é imprescindível que façamos uma reflexão acerca da técnica de forma ampla, para que superemos a visão restrita criada de que técnica, ciência e tecnologia são sinônimos de dominação e exploração da natureza humana e não humana. Assim como, para compreender que, pensar em outra técnica/tecnologia/modernização para a agricultura familiar e agroecológica, está longe de ser apenas a introdução de novas máquinas e ferramentas.

A seguir, apresentaremos a concepção de técnica da qual partimos; posteriormente, será exposta a metodologia e contexto da pesquisa. Em seguida, apresentaremos os resultados. Por fim, teceremos nossas considerações finais.

A técnica a partir de uma perspectiva da totalidade concreta

No século XIX, Marx (2017, p. 255) elaborou o seu conceito de trabalho: “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza (...) agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2017, p. 255). Em sentido análogo, Escobar (2017, p. 203), afirma que: “ao desenhar ferramentas, os humanos desenham as condições de nossa existência e, por sua vez, as condições do nosso desenho. Nós projetamos ferramentas e essas ferramentas nos projetam”. Milton Santos (2004) avança na discussão sobre o trabalho, enfatizando que não existe trabalho sem técnica, esta sendo elemento essencial em todo e qualquer trabalho humano, logo, a transformação da natureza humana e não-humana requer sempre uma técnica.

A relação entre os seres humanos e o seu meio ocorre através das técnicas (conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais os seres humanos realizam sua vida) e é o fenômeno técnico, em sua total abrangência, que permite a compreensão do espaço geográfico. Os objetos técnicos, por sua vez, só são compreensíveis se estudados dentro do espaço e de seu contexto histórico e relacional, sozinha a técnica não explica nada. “É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados segundo uma lógica (...) se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade” (Santos, 2004, p. 40). Nesse sentido, o geógrafo fala do agir solidário entre os objetos técnicos que atuam de forma

sistêmica, nunca isoladamente, e são substituídos no decorrer histórico, alguns podendo se tornar resíduos e gerar rugosidades (heranças físico-territoriais sócio geográficas compreendidas como um obstáculo para a chegada do novo).

Para além de uma explicação dos objetos técnicos em si, e sua territorialização no espaço, o estudo a partir das técnicas permite captar o processo de produção da própria percepção do espaço e do tempo, pois os sistemas técnicos carregam em si a síntese entre o objetivo/operacional e o subjetivo/percebido. O espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos (conjunto de fixos, configuração territorial), relacionado com o que autor chama de tecnosfera, e de sistemas de ações (conjunto de fluxos, relações sociais), relacionado à psicofera (resultado de crenças, desejos, hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos etc. (Santos, 1994)) que interagem e se condicionam, mutuamente, continuamente, entre si.

Em sentido similar, o filósofo Cristiano Cruz (2023, p. 68) afirma que: “conhecimentos técnico-científicos e valores epistêmicos e instrumentais são insuficientes para determinar, sozinhos, as soluções técnicas que serão imaginadas e as que serão, por fim, escolhidas para implementação”, uma vez que, valores éticos e políticos subjazem em todo projeto tecnológico. Ou seja, não há neutralidade ética-política nas soluções técnicas apresentadas. Sendo assim, pensar no problema da penosidade dos trabalhos agrícolas e as formas de resolvê-lo não pode ser compreendido apenas como um problema de criação de máquinas e equipamentos, é preciso avaliar essa questão a partir de uma perspectiva sistêmica, investigando o problema da penosidade a partir de uma análise do espaço geográfico como um todo, contemplando reflexões éticas e políticas.

O espaço geográfico é compreendido como um híbrido: há uma interferência contínua entre o sistema de objetos e o sistema de ações. Só podemos compreender os objetos no conjunto das condições relacionais, que ocorrem no e através do espaço. Tendo isso em vista, como proposta epistemológica e metodológica, referenciando-se a Kosik (1969), Santos (2004) defende que é preciso partir da totalidade concreta para compreendermos a dialética entre o todo e as partes, sem desconsiderar o papel fundamental das partes (os lugares) para a configuração do todo (o mundo).

Partindo da análise de nosso contexto atual, o da globalização (meio técnico científico informacional, caracterizado pela unicidade do tempo/convergência dos momentos, unicidade da técnica e do motor único), Santos (2004) explica como se trata

de um momento inédito na história da humanidade, pois permite a simultaneidade da aparição de soluções técnicas, em diferentes lugares do mundo e como, o surgimento de uma técnica, em um ponto específico, acarreta repercussões em outros locais do planeta.

Santos (2004) descreve como a lógica de funcionamento da totalidade concreta está vinculada ao sistema capitalista que tem condicionado a criação tanto da tecnosfera, como da psicosfera, na ordem global atingindo, de diferentes formas, os lugares. Sendo assim, a unicidade do tempo e unicidade técnica estão vinculadas, por sua vez, ao motor único do atual sistema: a busca pela mais-valia universal através do mercado global. É esse motor que faz tudo girar e condiciona os movimentos, a relação espaço-tempo na construção do espaço geográfico, a partir da criação dos sistemas técnicos.

Por mais que cada lugar seja único, cada um com suas especificidades, com a globalização desenvolve-se um processo de tentativa de padronização das localidades tendo em vista objetivos que são alheios ao próprio lugar e aos fins das próprias pessoas que residem nesses espaços. Com isso, surgem os espaços do mandar e os espaços do fazer, atuando através das verticalidades e horizontalidades. Dentro desse contexto, as ações consideradas eficientes, vinculadas à produtividade e aos desígnios das grandes empresas, são avaliadas como racionais. “As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma razão técnica” (Santos, 2004, p. 81).

É importante ressaltar como cada nova técnica leva a uma nova percepção e uso do tempo, a uma obediência, a um rigor ditado por um ritmo alheio ao lugar. Assim como, as técnicas influenciam o comportamento humano: “afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento. (...) pensamento calculante, pensamento preocupado com o útil. A matematização do homem (...)” (Santos, 2004, p. 186). Com isso, o sistema técnico hegemônico impõe uma racionalidade instrumental no uso dos territórios, gerando desordens nas regiões onde se instalam.

Na razão historicamente determinada pela Ciência Moderna, os juízos valorativos são excluídos da construção de conhecimento, pois sua presença significaria a perda da cientificidade da pesquisa. Assim, na esfera das ações humanas, a ciência pode abordar apenas os “meios” (esfera técnica do comportamento), mas nunca os fins mesmos dessas ações, já que não lhe é permitido trabalhar com valores, motivações subjetivas etc. (Kosik,

1969). Com isso, ocorre uma separação entre meios e fins, na qual os meios (as técnicas) permanecem dentro da esfera da “razão”, enquanto os fins, as avaliações, são abandonados ao irracionalismo.

Por exemplo, uma das características atribuídas de forma pejorativa à racionalidade econômica camponesa é que os/as camponeses/as apresentam uma integração parcial/imperfeita a mercados incompletos (Abramovay, 2012). Primeiramente, porque os motivos que levam à produção não é a geração de mais-valia, mas sim, a reprodução social da família, logo, o equilíbrio entre trabalho e consumo (Chayanov, 2014); mas, também, porque a racionalidade econômica camponesa está vinculada a uma economia moral, preocupada com a sustentação da comunidade, logo, valores como cooperação e reciprocidade, são decisivos nas trocas comerciais, e não o negócio que gere mais renda (Sabourin, 2011); por fim, a integração aos mercados é considerada parcial, pois “parte da subsistência parte da autoprodução e uma certa flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar (...)” (Abramovay, 2012, p. 114).

A partir de uma perspectiva capitalista, essa forma de proceder é considerada irracional, sendo que abrange valores subjetivos e, para conseguir aumento de produtividade, seria necessário “racionalizar” os processos, retirando qualquer aspecto subjetivo. Contudo, como vimos, a neutralidade da ciência econômica capitalista é falaciosa, por detrás dela há valores e projetos políticos, com grupos que organizam o espaço geográfico para que os sujeitos atendam aos seus desígnios sem questionar, como se fosse o único caminho possível, o mais racional (Pompéia, 2021; Bringel; Svampa, 2023).

Em busca de eficiência e produtividade, o atual sistema especializa cada vez mais os trabalhos e, posteriormente, os conecta nos complexos agroindustriais. A produção passa a ser de mercadorias, cujo objetivo o agricultor não tem mais controle e cuja finalidade não é alimentar as pessoas, mas sim, a geração de lucro. Ou seja, é um sistema racional, se consideramos sua eficiência técnica para o aumento de produtividade de um produto exclusivo, mas irracional se pensamos de forma sistêmica, uma vez que há uma diminuição crescente de plantio de alimentos que compõe a dieta nacional e aumento de degradações ambientais, desigualdades sociais etc. Tendo isso em vista, fica claro que para construirmos territórios sustentáveis, que promovam a vida digna dos povos, a agrosociobiodiversidade e a soberania alimentar, é preciso pensar em outros sistemas

técnicos, vinculados a outras racionalidades, outras formas de se relacionar com a natureza que, partam, por sua vez, de outro “motor único”, de outras concepções de totalidade (de natureza, sociedade e humanidade).

Cruz (2023, p. 69) aponta como a dimensão cosmológica é fundamental na construção de soluções técnicas. Dependendo da forma como um povo compreende e dá sentido para a natureza humana e não humana, esse povo irá desenvolver uma forma específica de se relacionar com ela, modificá-la, trabalhá-la. “Grupos que desposam cosmologias diferentes tenderão a identificar desafios técnicos em alguma medida distintos e/ou a conceber soluções em algum nível diferentes para desafios similares”. Para o filósofo Yuk Hui (2020), a saída da crise planetária que vivenciamos, é o diálogo entre diferentes culturas, com diferentes cosmotécnicas para a criação de uma nova cosmopolítica, reapropriando-se da tecnologia moderna: “(...) através da estrutura renovada de uma cosmotécnica que consista em diferentes epistemologias (...) Recolocar a questão da tecnologia é recusar esse futuro tecnológico homogêneo que nos é apresentado como a única opção” (Hui, 2020, p. 30).

A partir do que foi exposto, é possível perceber a complexidade da temática sobre a penosidade do trabalho agrícola da agricultura familiar agroecológica, pois ela vincula-se não apenas com a presença ou ausência de técnicas/tecnologias específicas, mas com todo um sistema técnico que cria e recria o espaço geográfico, o ser humano e a própria natureza. Sendo assim, pensar em como enfrentar o problema da penosidade do trabalho agrícola da agricultura familiar camponesa, a partir de uma perspectiva agroecológica, requer partir da compreensão da totalidade concreta atual e avançar na construção de outras cosmotécnicas (Hui, 2020).

Tendo em vista os elementos teóricos apresentados até aqui, a seguir, apresentaremos o contexto e metodologia da pesquisa.

Metodologia e Contexto da Pesquisa

O objetivo desta investigação foi identificar os elementos que levam à penosidade do trabalho (e formas de diminuí-la) das mulheres camponesas, pertencentes ao MMC do Sudoeste do Paraná, que trabalham com agroecologia. Os resultados apresentados neste artigo são parciais, pois, primeiramente, consideramos importante evidenciar a

complexidade do problema investigado e como é preciso olhar para ele a partir da perspectiva da totalidade concreta.

A pesquisa foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas, entrevistas semiestruturadas, observação não participante e coleta de dados na base do IPARDES. As entrevistas ocorreram entre outubro e dezembro de 2023, com sete camponesas pertencentes do MMC (de 6 unidades produtivas³) e uma agente de ATER, de quatro municípios do Sudoeste do Paraná: Francisco Beltrão (2), Flor da Serra do Sul (3), São Jorge D'Oeste (2) e Barracão (1). Os nomes apresentados são fictícios, para preservar a privacidade das entrevistadas.

O Sudoeste do Paraná é composto por 42 municípios e, devido à sua formação geográfica, ao seu histórico de colonização e de lutas sociais pela terra, caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar em estabelecimentos que não ultrapassam 50 hectares (Callegari, 2020). Todavia, o predomínio de parcelas pequenas de terras não impediu o avanço da modernização conservadora da agricultura no território (Santos, 2008).

A partir de seu estudo sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, Roselí dos Santos (2008) afirma que o pacote tecnológico da Revolução Verde foi introduzido na região, sobretudo, a partir de 1975. Com isso, desenvolveu-se uma agricultura baseada em uma estrutura técnica e científica articulada ao sistema internacional de circulação e informações, a partir do apoio do Estado, através do crédito rural, da assistência técnica e investimentos para pesquisas, levando à reestruturação produtiva no território. Assim como, em outros locais do mundo, impactados pela modernização da agricultura, no Sudoeste paranaense ocorre o processo de êxodo rural, migração para os centros urbanos e a extinção de serviços e estruturas fundamentais para a permanência das comunidades rurais como as escolas do campo; aumento do desmatamento e uso crescente de agrotóxicos (Santos, 2008).

Paralelamente a essa agricultura modernizada, persistem outras formas, descritas por Santos (2008, p. 223) como: “com uma estrutura em rede de ação mais local, explorando as trocas de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas”, com base “em um trabalho físico exaustivo, considerada como um tempo lento” (Santos, 2008, p. 222). A partir da lógica da racionalidade hegemônica, seriam as “rugosidades” (Santos, 2004). Compreendendo a relevância da agricultura familiar para

³ Em uma das entrevistas participaram mãe e filha da conversa.

o desenvolvimento regional, Santos (2008) ressalta a importância do papel da ciência e da assistência técnica e extensão rural, na construção de uma nova matriz tecnológica voltadas para a agricultura familiar.

Em relação às agricultoras da pesquisa, elas representam parte da resistência camponesa na região estudada, motivadas pela sua participação no Movimento de Mulheres Camponesas e pela assistência que recebem da (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)⁴ e do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), que fomentam a discussão e o apoio no trabalho com a Agroecologia. Todas possuem produção diversificada, cultivada de forma majoritariamente agroecológica⁵, voltada para o autoconsumo da família (dois sítios têm certificação como orgânicos). Com exceção de uma (que produz apenas para o autoconsumo), todas comercializam parte de sua produção, para diferentes canais de comercialização (cooperativas, feiras, porta em porta, mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com exceção de um caso, todas as mulheres são casadas e dividem, em diferentes proporções, os trabalhos agrícolas com seus maridos. Apenas duas camponesas contam com a ajuda de um ou dois filhos nos trabalhos no sítio. As áreas dos sítios variam de 7,4 a 14 hectares (com exceção de uma camponesa que possui 40 hectares, área com muito morro e compartilha os cuidados da terra com outras famílias camponesas). 3 sítios têm suas terras arrendadas (de 3 até 5 hectares), para vizinhos que cultivam soja/milho, dentro do pacote convencional. Em relação às máquinas e equipamentos agrícolas, todas as camponesas têm acesso, pelo menos, a trator pequeno a médio⁶; as que trabalham com leite possuem ordenhadeira mecânica. Todas possuem roçadeiras/cortador de grama e plantadeira manual.

As histórias de vida das camponesas apresentam diversos elementos em comum, que se relacionam com as características do Sudoeste do Paraná. Em relação à produção para a venda, as camponesas tiveram períodos cultivando fumo, galinhas poedeiras dentro

⁴ A Assesoar é formada por em torno de 200 sócios, distribuídos em 37 municípios do Sudoeste do Paraná. Ela atende mais de 120 famílias agricultoras, a maioria em processo de transição para a agroecologia e possuem entre 12 a 25 hectares.

⁵ O que foi identificado como não agroecológico em dois sítios foi o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos no cultivo de milho que é destinado para a alimentação das criações animais, sobretudo, de vacas leiteiras. Além disso, o manejo do solo é ainda um desafio em relação ao revolvimento.

⁶ Três unidades familiares possuem seu próprio trator, as outras três não possuem, mas conseguem acessar através de associação, vizinho ou familiares, quando necessário.

do sistema de integração e leite para laticínios. Em geral, foi relatado, nesses casos, muita penosidade no trabalho e pouco retorno financeiro. As camponesas de São Jorge D'Oeste e Barracão relatam histórias com o foco maior na produção de leite. Mas, assim como as camponesas dos demais municípios, havia produção diversificada para ser comercializada em feiras, porta em porta e nos mercados institucionais quando estes surgiram (PNAE e PAA). Contudo, a produção diversificada para venda foi sendo substituída pela produção de um ou poucos produtos (os motivos serão apresentados no decorrer deste trabalho).

A técnica extensionista entrevistada trabalha na Assesoar. É filha de agricultores familiares, participou de movimentos sindicais, graduou-se em agronomia e pós graduou-se em desenvolvimento regional, sempre fazendo pesquisas no contato direto com as famílias agricultoras, trabalhando em diferentes organizações (Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu), CAPA, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e em diálogo constante com os movimentos sociais.

O fim da comunidade e o aumento na penosidade dos trabalhos

Pesquisas como as de Gutowski e Pinheiro (2018), revelam que a penosidade dos trabalhos agrícolas gera sofrimentos não só físicos, como psíquicos. Dentro dos estudos sobre a agricultura familiar, pouco se fala das consequências para a saúde do trabalho agropecuário. Melissa, por exemplo, possui problemas na coluna (assim como sua mãe) e atribui as dores aos trabalhos pesados feitos desde criança no campo: “*sempre trabalhamos, a gente ia meio dia na aula, meio dia a gente tinha que ir para a roça. E, épocas atrás, assim, a gente plantava, colhia a mão, né?!*”. Íris também relatou doenças desenvolvidas devido ao trabalho agrícola: “*E de tanto trabalhar com a enxada, desenvolvi tendinite nos dois braços. Tive que ir diminuindo, diminuindo, porque eu vivia com dor, eu tinha uma dor crônica. Eu tinha que tomar muito medicamento*”.

Uma das principais causas do aumento da penosidade nos trabalhos agrícolas é o esvaziamento do campo, a falta de mão de obra e o fim das comunidades. Apesar do trabalho agrícola sempre ter sido penoso, a divisão do trabalho em muitas mãos, a ajuda mútua (como mutirões, troca de dias etc.), assim como, a existência de espaços comunitários para o processamento de cultivos (por ex.: moinhos, casas de farinha etc.),

foram estratégias criadas pelos/as camponeses/as, a partir de sua organização no território, para diminuir a penosidade de seus trabalhos. Com a saída crescente da população do campo, tarefas que já eram penosas, começaram a se tornar inviáveis.

Como foi visto, o avanço da globalização no Sudoeste do Paraná levou ao êxodo rural gerando desordem na antiga organização dos territórios, baseada na lógica camponesa (Chayanov, 2014; Ploeg, 2016). O avanço da modernização, além de não se preocupar em desenvolver técnicas e tecnologias para a agricultura familiar camponesa, para a produção diversificada de alimentos, ao contrário, tem contribuído para um aumento significativo dessa penosidade.

O primeiro ponto a ser destacado é sobre o esvaziamento do campo. Ao mesmo tempo em que um dos fatores identificados para esse esvaziamento é, justamente, a penosidade do trabalho, quanto menos camponesas/es permanecem no campo e, com isso, as comunidades, mais penosos vão se tornando os trabalhos. Diversas pesquisas, em diferentes estados brasileiros, têm comprovado como a penosidade do trabalho agrícola é um dos principais fatores para que os/as jovens não permaneçam como sucessores/as (Matte *et al.*, 2019; Toledo; Zonin, 2021; Tonezer; Corona; Ceratti, 2022; Breitenbach; Troian, 2020). Por outro lado, fatores que têm contribuído para a permanência da juventude no campo são: “tecnologia, modernização, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/redução da penosidade do trabalho” (Breitenbach; Troian, 2020, p. 29). No Sudoeste do Paraná, Souza (2023, p. 14) identificou o trabalho penoso como o principal fator para a juventude não permanecer no campo. “Os jovens entrevistados, gostam de morar no campo, mas é um trabalho muito braçal e penoso (...) refletindo a falta de tecnologias apropriadas às pequenas unidades de produção”.

Os dados da presente pesquisa comprovam essa tendência: das seis unidades produtivas pesquisadas, apenas um filho tem perspectiva de permanecer no campo. Contudo, ele não dará continuidade na forma como a mãe produz (produção diversificada e agroecológica), pois, atualmente ele arrenda 100 hectares para o cultivo de soja, com o uso de todo o pacote convencional. A filha de outra agricultora tem buscado meios para permanecer no campo, contudo, tendo em vista as condições de hoje (penosidade do trabalho e falta de renda) ela não vislumbra se fixar na terra dos pais. Matte *et al.* (2019, p. 29) identificaram que muitos jovens desejam permanecer no campo, mas: “a

permanência não envolve tão somente a escolha do jovem, mas, sobretudo, a presença de condições para que esse possa exercer a atividade”.

Com a saída crescente da população do campo, as comunidades se desfazem e os estabelecimentos agrícolas camponeses ficam dispersos no território em meio a expansão do agronegócio. Pouco a pouco, ocorre a substituição de um sistema de objetos e de ações que funcionava a partir da lógica camponesa construída a partir do lugar, para um sistema de objetos e ações do agronegócio, vindo de cima para baixo, desorganizando os lugares para reorganizá-los tendo em vista a finalidade das empresas transnacionais que passam a comandar verticalmente, a partir do global, o local (Santos, 2004).

Em conversa com as agricultoras sobre a dificuldade de novas tecnologias serem desenvolvidas com e para a agricultura familiar, veio a seguinte fala: “*parece que, hoje em dia, está ainda pior! Hoje, nós temos menos acesso a máquinas e equipamentos, pois antes havia os moinhos para moer o trigo, o milho etc.*”. Ou seja, antigamente, por mais rústicos que fossem, existiam “máquinas comunitárias” que diminuía a penosidade do trabalho das famílias. O desaparecimento de locais e equipamentos para moer o trigo/milho, descascar arroz, bater o feijão etc., desestimula, ou mesmo elimina, a produção desses cultivos básicos para a alimentação (no caso do milho, continua sendo cultivado para ração animal, mas o fubá deixa de ser produzido, tendo que ser comprado nos mercados).

Íris explica o motivo dela e seus vizinhos não cultivarem mais arroz:

Arroz é uma coisa que paramos de produzir já faz muitos anos porque não tem mais descascador aqui na nossa região. Aí a gente abandonou. Antigamente, tinha vizinhos em volta que tinham os moinhos de milho, colonial, tinha também um descascador de arroz. Como foi terminando de existir os moinhos coloniais, foi desaparecendo também os descascadores de arroz.

O açúcar mascavo processado por uma das entrevistadas é feito em uma agroindústria comunitária, que possui os equipamentos necessários para esse processamento. Contudo, ela comenta que o espaço está sendo, gradativamente, abandonado e quem mais utiliza é ela e o seu marido. Caso esse espaço deixe de existir, isso inviabilizará a produção de açúcar da família, atualmente, uma de suas principais fontes de renda.

Segundo as camponesas, os equipamentos disponíveis hoje no território são aqueles para o cultivo monocultural, em larga escala. Pois, a maioria das associações existentes são compostas por agricultores produtores de grãos, vinculados às cadeias produtivas do agronegócio. São maquinários muito grandes que não entrariam nas áreas

das camponesas. As camponesas mencionam que ajudaria muito ter acesso a equipamentos como o encanteirador, para preparar canteiros para cenoura, beterraba, batata doce. Contudo, como a maioria das famílias que persistem no campo estão vinculadas à produção especializada em grãos ou leite, as associações não investem nesses tipos de maquinários e implementos.

Outra experiência interessante, relacionada à dinâmica comunitária camponesa, se desenvolveu em São Jorge D'Oeste. Um mecânico começou a adaptar os chassis e motores de veículos, acoplando uma carroceria para transporte de cargas, para facilitar os trabalhos no campo. O “jerico” que esta camponesa possui tem mais de 50 anos e serve para carregar galhos, colher frutas etc. Contudo, segundo a agricultora, isto não é feito mais na cidade.

O que esses dados indicam é que, conforme o sistema de objetos e ações do agronegócio se territorializa, pouco a pouco, as rugosidades (Santos, 2004), as heranças físico territoriais e sócio geográficas que não contribuem para a finalidade dos atores hegemônicos que condicionam a nova ordem do local, tendem a desaparecer. Pois, cada vez mais, os poucos sujeitos que permanecem no campo, se distanciam do sistema camponês e aderem ao sistema do agronegócio, uma vez que, um trabalho que já era penoso vai se tornando ainda mais desafiador.

Desequilíbrios ecológicos e mudanças climáticas e o aumento da penosidade dos trabalhos

O avanço do agronegócio, expressão da materialização da globalização nas localidades, como muitos estudos já comprovaram, devido ao seu sistema de técnicas com foco exclusivo na produtividade, gerou e gera diversos desequilíbrios ecológicos e contribui para o aquecimento global. Este é outro fator que tem levado a um aumento crescente na penosidade dos trabalhos agrícolas do sistema camponês agroecológico.

A perda de produção por intempéries climáticas sempre foi um risco no trabalho agrícola, contudo, com as mudanças climáticas, o que era algo esporádico, tem se tornado regra. Duas agricultoras mencionaram que as estiagens consecutivas têm inviabilizado o cultivo de arroz que, quando produz, rende muito pouco: “*Antigamente, a gente plantava arroz que encontrava de um ano para o outro, às vezes quando tu colhia de novo, tu tinha um dois volumes ainda lá, pra levar no moinho. A gente não comprava arroz*” (Dália). As estiagens afetaram também a produção de Íris, que perdeu 30% dos pés de uva e 14 pés de caqui.

O feijão, por sua vez, está sendo prejudicado pelo excesso de chuvas: “*feijão não gosta muita chuva. Esse ano que não vai dar muito feijão, metade do previsto. Talvez tenha que comprar*” (Violeta). A concentração de muita chuva, em determinados períodos do ano, tem levado a um aumento incomum da umidade e, com isso, ao aparecimento de doenças fúngicas desconhecidas pelas agricultoras que ainda não desenvolveram técnicas para evita-las. Além disso, as fortes chuvas têm gerado enxurradas: “*Deu tudo aquela chuvarada, eu tinha plantado melão, melancia, tava uns melão grande já, aí a enxurrada levou tudo embora*” (Melissa). Além disso, a diminuição das geadas, características da Região Sul, tem levado à diminuição da produção de frutas e aumentado a quantidade de roçadas que precisam ser feitas.

Para além dos fenômenos globais que atingem o local, o manejo dos vizinhos aumenta a penosidade dos trabalhos das camponesa. O vizinho de Melissa faz em torno de 10 aplicações de veneno/ano na sua área de soja. A agricultora afirma que quando ocorrem as aplicações, ela sente náuseas, dor de cabeça e passa muito mal. Em relação à produção, videiras e pessegueiros não produzem mais e seu antigo sistema de controle biológico de insetos, as galinhas de angola, morreram devido à contaminação por agrotóxicos. As camponesas também relataram o assoreamento dos rios e morte de nascentes, causados pelo manejo predatório do solo feito pelos vizinhos, intensificando os problemas da estiagem.

Esses dados apontam que, pensar sobre a diminuição da penosidade dos trabalhos da agricultura familiar camponesa vai além de refletir sobre soluções apenas dentro das unidades familiares. É preciso avançar em estratégias que coíbam práticas degradantes do meio ambiente. E, uma vez que o aquecimento global já é uma realidade, o papel da pesquisa e da extensão torna-se ainda mais relevante para que agricultoras/es e pesquisadores/as, com o apoio do Estado, pensem juntos em soluções para os novos desafios.

A penosidade dos trabalhos e o avanço do arrendamento de terras

Como podemos verificar, um trabalho que já era árduo, com a globalização e modernização do campo, tornou-se ainda mais penoso para as famílias agricultoras camponesas que mantiveram a produção diversificada de alimentos. Tendo isso em vista, observamos duas tendências que têm ocorrido no campo e intensificam o processo já instalado de globalização perversa dos lugares com o enfraquecimento do antigo sistema

de objetos e ações camponês: de um lado, as famílias que envelhecem, sem sucessores, e não conseguem mais produzir em suas áreas (devido à penosidade do trabalho, falta de crédito para investimento, falta de mão de obra), arrendam suas áreas; do outro lado, agricultores mais capitalizados, que têm acesso à crédito e a toda tecnologia desenvolvida para a especialização produtiva, vinculados ao sistema produtivo do agronegócio, tornam-se arrendatários dessas terras para viabilizar seu plantio, sobretudo, de soja, que requer um aumento constante de área cultivada.

Dados do IPARDES (2022) revelam a concentração de terras no Sudoeste do Paraná: em 2006, havia 49.934 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 1.388.820 hectares. Em 2017, o número de estabelecimentos diminuiu para 41.388, enquanto que a área cultivada aumentou para 1.445.237. Segundo uma das entrevistadas, essa é a tendência: “os jovens não vão assumir a propriedade, provavelmente vão vender, arrendar”.

Pesquisas têm revelado o aumento crescente do arrendamento das terras da agricultura familiar, antes destinada para a produção diversificada de alimentos, para agricultores capitalizados ou empresas, para a produção de *commodities*, e a penosidade do trabalho aparece como uma das causas desse fenômeno. Segundo Guedes, Cazella e Capellesso (2018), o arrendamento de terras no Brasil tem aumentado e isso é subestimado pela metodologia de coleta de dados censitários, que tem sido incapaz de mensurar esse fenômeno. Estamos diante de um processo de reestruturação fundiária, sem ter acesso aos dados dessa modificação.

A motivação que leva a família proprietária a arrendar suas terras é a vontade de permanecer no campo, cultivando seu próprio alimento e viabilizar isso com alguma renda que possam auferir sem ter a penosidade do trabalho da produção agropecuária, uma vez que estão envelhecendo e não possuem sucessores. Contudo, os arrendamentos levam à depreciação das terras e benfeitorias que podem ser desfeitas para viabilizar o cultivo de monoculturas. Já em relação ao arrendatário, o que os motiva a arrendar é o acesso à políticas públicas (créditos e preços mínimos) que permitem o investimento em maquinários agrícolas e que, com a renda da produção em larga escala, propiciada com a ampliação da área cultivada com os arrendamentos, esses produtores têm condições de quitar; a possibilidade de expandir os rendimentos e de manter um sucessor. Em síntese, é um cenário no qual os agricultores que cultivam alimentos diversificados deixam de

produzir, liberando suas terras para o avanço da produção de *commodities* (Guedes; Cazella; Capellesso, 2018).

Pesquisas de Oliveira *et al.* (2022), Guedes, Cazella e Capellesso (2019), Roviero (2014) e Dos Santos (2014) chegaram a conclusões similares, apontando também que a destruição de benfeitorias, para viabilizar o arrendamento, torna inviável a reconversão da propriedade⁷. Em São Jorge D'Oeste, foi relatado casos de demolição de casas nos sítios, recém construídas com financiamento de políticas públicas, para viabilizar o arrendamento das terras para a produção de soja. As camponesas também observam que os arrendatários não têm um cuidado com o solo, não fazem pousio e, dificilmente, adubação verde.

O fenômeno do arrendamento de terras da agricultura familiar camponesa (que produz alimentos diversificados) para agricultura familiar especializada ou empresas focadas na produção de grãos, com base no pacote tecnológico convencional (financiado pelo Estado), foi identificado em nossa pesquisa, no Sudoeste do Paraná.

Hoje, o que o pessoal mais faz no interior é arrendar a terra. Por exemplo, aqui na frente, essa terra aqui, se tu olhar toda a extensão que está plantado lá [de soja], não pertence tudo a um terreno, já tem dois ou três terrenos emendados. O mesmo agricultor que planta. Ele é um agricultor grande, ele tem todo o maquinário necessário, aí ele paga uma renda para os agricultores pequenos, eles arrendam a terra deles, eles reservam um pedacinho para eles, para plantar uma mandioquinha, um milho, para engordar porco, galinha, reserva um alqueire e o restante arrendam. Aqui na frente são 8 alqueires, mas tudo o que ele planta passa de 300 alqueires (Íris).

Das camponesas entrevistadas, três arrendam parte de suas terras para vizinhos que produzem soja/milho. As justificativas apresentadas para o arrendamento foram: penosidade do trabalho, falta de maquinários adequados para ampliarem a produção e aproveitarem toda a terra; com a saída da população do campo, com o envelhecimento, sem sucessor rural, o trabalho se torna mais árduo e o arrendamento surge como uma opção interessante para a geração de renda.

A pesquisa de Santos (2008) evidenciou a presença do fenômeno de *squeeze* na região (Ploeg, 2008): o aumento constante do custo de produção e o rebaixamento dos preços pagos, fazendo com que os agricultores menos capitalizados não sobrevivam na agricultura moderna especializada em *commodities*. Santos (2008) e Bazotti (2016) evidenciaram que a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná tem prejuízos quando se

⁷ A pesquisa de Oliveira *et al.* (2022) revelou que as terras arrendadas sofrem diversas modificações, como a destruição de benfeitorias, 54,55% dos entrevistados afirmaram que houve a supressão de pomares, árvores, arbustos e vegetação em geral.

especializa na produção e comercialização de grãos e não consegue expandir sua área de produção. Sendo assim, os agricultores dependentes do complexo agroindustrial do agronegócio, precisam continuamente aumentar sua área produtiva para manterem o mesmo nível de renda.

Ele mesmo comenta com a gente que a margem de lucro dele, a cada ano, é menor. Cada ano ele tem que plantar mais e mais, para poder manter a renda dele. Porque a margem vai reduzindo, ano após ano, no início ele tinha 70 alqueires de terra e disse que tinha uma renda muito maior do que ele tem hoje plantando 300 alqueires, porque hoje o preço do insumo está muito alto (Íris).

Todos esses fatores apresentados até aqui, relacionados com a introdução de um novo sistema de técnicas no território, nesse sentido, uma nova forma de construção do espaço geográfico, levou à formação de uma nova tecnosfera e psicosfera (Santos, 2004), a partir de uma racionalidade instrumental, eficiente para a produção de *commodities* e acumulação de capital, contudo, irracional, quando pensamos na sustentabilidade dos territórios e na soberania alimentar dos povos. Como já foi apontado e veremos outros elementos a seguir, a produção de alimentos diversificados tem diminuído no território estudado, seguindo a tendência comprovada no Brasil como um todo (Valério, 2022).

Penosidade dos trabalhos e a diminuição da produção de alimentos

Segundo dados do IPARDES, a área colhida de soja, no Sudoeste do Paraná, em 1980, foi de 282.594 hectares. Em 2021, esse número saltou para 611.650 hectares e, em 2022, para 644.212 ha. É importante destacar a variação também em relação à quantidade colhida desse grão. Em 1980, foram colhidas em torno de 502 mil toneladas, em 2021, foi para 2,3 milhões. Contudo, em 2022, mesmo ocorrendo um aumento na área produzida, a quantidade colhida caiu para 1,2 milhões, indicando uma perda expressiva da produtividade da soja, na região.

Analisando a variação produtiva, comparando a área e quantidade produzida (entre os anos de 1980 e 2022), da diversidade de alimentos, foi possível perceber uma diminuição drástica tanto na área destinada ao cultivo, como a quantidade produzida de diversos alimentos básicos da população, como: amendoim, arroz, batata doce, mandioca, laranja, mamão, pera, pêssego etc. Em relação ao arroz, os dados são alarmantes: a área colhida passou de 32.700 ha para apenas 44 ha. E a produção agrícola passou de 65.348 T para 65 T. A mandioca também apresentou dados preocupantes, de 18.886 ha plantados, em 1987,

foi para 3.614 ha, em 2022; e de 471.229 T colhidas, passou para 74 mil T. Batata-doce também teve uma diminuição expressiva: 25 mil toneladas a menos produzidas.

É importante destacar que o cultivo de *commodities* não é exclusivo de agricultores patronais, mas, cada vez mais, presente na agricultura familiar. Analisando os dados do Sudoeste do Paraná, identificamos que 45% da quantidade produzida de soja e 46% da área destinada para esse cultivo, foram da agricultura familiar. Esses dados apontam como o avanço da soja na região tem ocorrido, em grande proporção, nos estabelecimentos da agricultura familiar. Dessa forma, áreas que antes eram destinadas para a produção diversificada de alimentos estão sendo substituídas pela produção monocultural de soja.

De Paula, Kamimura e Silva (2014, p.42), em pesquisa sobre os desafios e dificuldades enfrentados na relação entre mercados institucionais e agricultura familiar, identificaram a dificuldade da agricultura familiar fornecer alimentos diversificados, e asseveram: “É preciso melhorar os aspectos ligados à diversificação e às tecnologias apropriadas para a produção de alimentos, com o objetivo de atender à demanda das escolas e das entidades sociais, e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores”. A penosidade do trabalho vinculada à produção diversificada é relatada em outras pesquisas, como a de Leite e De Sá Censi (2022), que investigaram a produção voltada para o autoconsumo, concluindo que este trabalho é mais penoso.

As camponesas avaliam que a penosidade gerada para produzir cultivos diversificados, devido à falta de equipamentos ou mesmo de mão de obra, é um fator importante para a diminuição dessa produção. Como foi visto, algumas camponesas não produzem mais arroz, seja por conta das dificuldades climáticas, seja pela falta de descascador. O feijão, que era algo que se mantinha, pelo menos para o autoconsumo, também não tem sido cultivado, devido ao aumento do ataque de insetos, o excesso de chuva que leva a constantes perdas de produção e falta de maquinário para ajudar no trabalho, como debulhadores e colheitadeiras adaptadas a áreas pequenas.

Teve época que a gente plantava muita verdura. A gente plantava cenoura, beterraba, alface, bastante folhosas, alface, rúcula, almeirão, essas coisas, temperinho verde. Mas, assim, a penosidade foi fazendo com que a gente diminuísse. Porque como a gente não tem nenhum implemento agrícola que facilite o trabalho (...) com o passar dos anos, a idade foi chegando e a gente foi ficando só com pomar (Íris).

O acesso a mercados, a uma comercialização que ofereça preços justos, é um dos principais fatores pela saída da população do campo, pela diminuição da produção diversificada e aumento da especialização produtiva. Contudo, o que este trabalho destaca é que existem outros fatores relevantes que levam à diminuição da produção diversificada e um deles é, justamente, o aumento da penosidade dos trabalhos agrícolas. Diversas falas das entrevistadas foram nesse sentido: mesmo existindo mercado garantido e com preço justo, alguns alimentos não são mais cultivados devido à penosidade que geram na sua produção ou processamento para venda.

Segundo Rosa, um dos fatores para não produzir diversidade para a venda, mas apenas para o autoconsumo, é devido à falta de mão de obra e equipamentos adequados: “*porque essas coisas é tudo manual né? E daí exige muito da gente*”. A agricultora afirma que conseguiria fazer boas vendas nas feiras do município, sendo assim, é a penosidade do trabalho que se torna um obstáculo para isso. Íris traz exemplos de cultivos que possuem bons preços e teriam mercado, mas que não são mais cultivados devido à penosidade do trabalho no plantio, colheita, processamento etc., como a cenoura, beterraba e mandioca.

Tudo é trabalhoso na cenoura: você tem que levantar o canteiro tudo na enxada, aí você semeia a semente, tem que ter um tato muito grande, porque não existe ainda uma maquininha que semeie a cenoura. A semente de cenoura é uma coisa caríssima. Aqui o pessoal até trouxe para nós um plantador, mas nunca conseguimos um que derrubasse pouquíssimas sementes. Aí depois você tem que ir lá ralar, é de joelho gente! Colocar o joelho no chão, arrancar, ralar a cenoura. Tem que ficar um espaço de pelo menos dois dedos entre um pé de cenoura e outro. E não tem uma enxada que entre ali, tem que limpar tudo com a mão. Nossa, para limpar, ali nós tinha canteiros de 60 metros de comprimento, gente, nós em dois levava um dia para limpar um canteiro! Aí lavar é outra coisa penosa (Íris).

A mandioca é outro cultivo que possui um bom preço e mercado na região, contudo, por não existir um descascador adaptado para as características regionais dessa raiz⁸, ela se torna um alimento penoso para processar. Íris afirma que não comercializa mandioca justamente devido à dificuldade no descasque. Tulipa afirma que está pensando em diminuir a produção de mandioca. Tem semanas que a família entrega 700 kg na alimentação escolar e isso leva de 2 a 3 dias para descascar. Ela explica que, no inverno, o tempo de trabalho dobra, pois a casca fica mais presa à raiz.

⁸ Devido às características do solo no Sudoeste do Paraná, argiloso, ácido e pedregoso, as mandiocas se desenvolvem de forma retorcida. Ainda não existe uma máquina segura para o descasque de mandioca com esse tipo de característica.

A sobrecarga de trabalho em alguns cultivos, inviabiliza o aproveitamento de outros que já existem no sítio. Segundo Tulipa, “*o tempo que se gasta nos trabalhos atuais, impede que se dedique a outras coisas que o sítio oferece, como o processamento das frutas*”, com isso, a demanda de trabalho que alguns cultivos exigem leva, por sua vez, ao abandono do cultivo de outros.

Considerações Finais

Embora sejam necessárias mais pesquisas, ampliando o espectro de entrevistas, para a comprovação das hipóteses levantadas neste artigo, o que este trabalho indica, a partir da revisão bibliográfica, pesquisa nas bases de dados e pesquisa de campo no Sudoeste do Paraná, é que problemas como a falta de sucessão rural, aumento dos arrendamentos de terras e a diminuição da oferta de alimentos diversificados estão relacionados ao aumento da penosidade do trabalho agrícola (voltado para produção diversificada). A penosidade do trabalho agrícola diversificado, por sua vez, não ocorre apenas devido à falta de máquinas/equipamentos, mas pelo próprio esvaziamento do campo, fim das comunidades, desequilíbrios ecológicos e mudanças climáticas e, também, devido à falta de pesquisas e tecnologias, máquinas e equipamentos adaptados às realidades e necessidades regionais para facilitar o trabalho na produção, coleta, processamento etc.

Este trabalho buscou destacar que a penosidade dos trabalhos agrícolas é um dos fatores relevantes a ser levado em consideração quando pensamos no desenvolvimento territorial a partir do fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. E, como pensar sobre isso, requer uma perspectiva da complexidade, que parta da compreensão da totalidade concreta presente, as condições e relações dadas, para pensarmos em soluções a partir de outras cosmotécnicas que, como Hui (2020) afirma, só ocorrerá a partir do diálogo entre diferentes epistemologias, diferentes cosmotécnicas. Nesse sentido, não é algo que possa ser pensado nas universidades e “transferido” para as localidades, mas requer a criação de canais de diálogo contínuo entre as necessidades do campo e como as pesquisas nas universidades podem contribuir na solução desses problemas, unindo os avanços da ciência moderna com os saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais.

Pensando a partir da disputa pela construção do espaço geográfico, entre os sentidos do lugar e os sentidos da globalização perversa, a pesquisa evidencia como sem

a elaboração de um projeto territorial para o desenvolvimento das regiões, que leve em consideração, conjuntamente, os diferentes elementos que viabilizam a produção agropecuária (políticas públicas articuladas que garantam mercado com preço justo para a produção diversificada, acesso a assistência técnica agroecológica, desenvolvimento de máquinas e tecnologias apropriados, acesso à crédito e seguro rural), a criação de políticas públicas desarticuladas não será o suficiente para enfrentar o sistema de objetos e ações presente hoje nos territórios e que se movimenta apenas para a geração de mais-valia e não para a geração da vida, conservação do meio ambiente e soberania alimentar.

Como foi dito, este trabalho apresentou apenas resultados parciais da pesquisa. Em publicações futuras, apresentaremos as sugestões das camponesas e técnicas de ATER de formas de diminuir a penosidade de seus trabalhos e como essa discussão articula-se com as relações de gênero e pode ser aprofundada a partir da contribuição dos estudos das epistemologias feministas, ecofeminismos e da economia feminista.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BAZOTTI, A. **Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do sudoeste paranaense**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.

BRINGEL, B; SVAMPA, M. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51-70, 2023.

CALLEGARI, R. “**Gente não é boi de carro pro carro de boi puxar**”: Camponeses e a Organização Política no Sudoeste do Paraná (1964/1985). 2020. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CRUZ, C. Tecnologia, filosofia, práticas técnicas engajadas e emancipação: outros mundos são possíveis. *In*: DA SILVA, M. L. V. (org.). **Nas engrenagens das técnicas: linguagens, sociedade e engenharias**. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2023.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

DE PAULA, M.; KAMIMURA, Q.; SILVA, J. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n.1, 2014.

DOS SANTOS, R. O. C. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). **Revista NERA**, n. 17, v. 25, p. 102-35, 2014. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i25.2723>

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELESSO, A. J. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. **Revista Grifos**, v. 27, n. 44, p. 104-125, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i44.4447>

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELESSO, A. J. Arrendamento de terras: a heterogeneidade de atores sociais no meio oeste catarinense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 14, n. 34, p. 255-284, 2019.

GUTOWSKI, L. P.; PINHEIRO, L. R. S. Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho de Agricultores Familiares. *In*: NEUMANN, A. P.; CARDOSO, C.; BIASUS, F. (org.). **Iniciação à Pesquisa em Psicologia**. Erechim: EDIFAPES, p. 83-92, 2018.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. Trad. Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

IPARDES – Instituto Paranaense em Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados**. 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 5 abr. 2024.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEITE, J.; DE SÁ CENSI, A. O autoconsumo na agricultura familiar: o caso de Lajeado do Bugre - RS. **Revista De Extensão E Estudos Rurais**, v. 10, n. 02, p. 79–101, 2022.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção de capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTE, A.; SPAVANELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**, v. 15, n. 1, p. 19-33, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. *In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MIELITZ NETTO, C. G.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, A. K.; LIMA, E. D. C.; MATIAS, R.; PINA, J. C. Arrendamento de pequenas propriedades para a agroindústria canavieira: fatores influenciadores e perspectivas para a região Noroeste de São Paulo. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente – RAMA**, v. 15, n.2, p. 333-349, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2022v15n2e9090>

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura.** São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio.** São Paulo: Elefante, 2021.

ROVIERO, A. Estudo dos pequenos produtores e fornecedores de cana e terra para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista: o caso da região central do Estado de São Paulo. REDD - **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 8, n. 1 e 2, p. 1-5, 2014.

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, R. A. dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste Paranaense.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M.; GLASS, V. (org.). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SOUZA, L. C. **Condições e Perspectivas na Juventude na Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI do município de Francisco Beltrão.** 2023. TCC (Especialização em Realidade Brasileira) Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 21, p. 1–16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2114643.001>

TONEZER, C.; CORONA, H. M. P.; CERATTI, E. R. R. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. **Redes**, v. 27, n. 1, 23 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.15425>

VALÉRIO, V. J. O. Da expansão da cana ao movimento da comida: agronegócio sucroenergético e abastecimento alimentar (hortifrúti) no estado de São Paulo (2006-2017). **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 90-114, 2022.

Recebido em 5/07/2024.

Aceito para publicação em 5/12/2024.